



**CÂMARA MUNICIPAL DE BOFETE
ESTADO DE SÃO PAULO**

CONCURSO PÚBLICO N º 01/2017

PROCURADOR JURÍDICO

CADERNO DE QUESTÕES

ABRA SOMENTE QUANDO AUTORIZADO

Nome do Candidato: _____

Assinatura: _____

Concurso Realizado pela:



Planexcon
ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA

Contato:

contato@planexcon.com.br

Tel0xx15 3282-3542

INSTRUÇÕES

1. Este Caderno contém páginas com questões de múltipla escolha, assim distribuídas:
 - **Língua Portuguesa**, com 5 questões, enumeradas de 01 a 05;
 - **Raciocínio Lógico**, com 5 questões, enumeradas de 06 a 10;
 - **Conhecimentos Específicos**, com 25 questões, enumeradas de 11 a 35.
 - **Conhecimentos Gerais**, com 5 questões, enumeradas de 36 a 40.
2. Cada questão contém 5 (cinco) alternativas (a, b, c, d, e), das quais somente uma atende às condições do enunciado.
3. Esta prova terá a duração de 5 (cinco) horas, incluído o tempo necessário para preenchimento do Gabarito de Resposta, sendo permitida a saída do candidato da sala de prova somente após 30 minutos do seu início.
4. Responda a todas as questões. Para cômputo da nota, serão considerados apenas os acertos.
5. Não será permitido ao candidato o destaque de qualquer página da prova.
6. Não é permitido, em hipótese alguma, o empréstimo de qualquer objeto.
7. Não se atenha às questões que julgar difíceis, volte a elas se lhe sobrar tempo.
8. Estando as questões respondidas neste caderno, você deverá transcrever todas as alternativas assinaladas para o Gabarito de Respostas, utilizando caneta esferográfica de tinta preta ou azul.
9. Você receberá do Fiscal o Gabarito de Respostas. Verifique se estão em ordem e com todos os dados impressos corretamente. Caso contrário, notifique o Fiscal, imediatamente.
10. Após certificar-se de que a Gabarito de Respostas é seu, assine-o com caneta esferográfica de tinta preta ou azul no local em que há a indicação: “ASSINATURA DO (A) CANDIDATO (A) ”.
11. A folha de respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.
12. É de inteira responsabilidade do candidato qualquer prejuízo advindo de marcação incorreta efetuada no Gabarito de Respostas - Atenção: **O Gabarito de Respostas não será substituído em hipótese alguma.**
13. Serão nulas as respostas rasuradas ou múltiplas para uma mesma questão

Boa Prova!

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder as questões de 01 a 05.

A Exceção e A Regra

Nós vos pedimos com insistência:
Nunca digam – Isso é natural.
Diante dos acontecimentos de cada dia.
Numa época em que reina a confusão,
Em que corre o sangue,
Em que se ordena a desordem,
Em que o arbitrário tem força de lei,
Em que a humanidade se desumaniza...
Não digam nunca: Isso é natural.
A fim de que nada passe por ser imutável.
Sob o familiar, descubram o insólito.
Sob o cotidiano, desvelem o inexplicável.
Que tudo que seja dito ser habitual
Cause inquietação.
Na regra é preciso descobrir o abuso.
E sempre que o abuso for encontrado,
É preciso encontrar o remédio.
Vocês, aprendam a ver, em lugar de olhar bobamente.
É preciso agir em vez de discutir.
Aí está o que uma vez conseguiu dominar o mundo.
Os povos acabaram vencendo.
Mas não cantem vitória antes do tempo.
Ainda está fecundo o ventre de onde surgiu a coisa imunda.

BERTOLD BRECHT

QUESTÃO 01

Bertold Brecht, em seu texto “A exceção e a Regra” defende a ideia de que:

- Discutir é melhor que agir.
- Sempre foi assim e sempre será.
- Não se deve conformar com a mesmice.
- Tudo que é dito deve causar inquietação.
- Não adianta mexer um dedo para poder mudar.

QUESTÃO 02

Nos versos “Os povos acabaram vencendo./Mas não cantem vitória antes do tempo.”, o uso da conjunção insere a ideia de:

- Adição.
- Alternância.
- Conclusão.
- Explicação.
- Oposição.

QUESTÃO 03

Leia e analise os versos abaixo:

“**Vocês**, aprendam a ver, em lugar de olhar bobamente”

“Ainda está fecundo o ventre de **onde surgiu a coisa imunda.**”

A função sintática dos termos acima destacados está apresentada corretamente na alternativa:

- Aposto / adjunto adnominal.
- Sujeito / predicativo do sujeito.
- Vocativo / adjunto adverbial de lugar.
- Adjunto adnominal / complemento verbal.
- Predicativo do sujeito / aposto.

QUESTÃO 04

Com referência as classes gramaticais, indique a qual delas pertencem os vocábulos destacados na ordem em que se apresentam:

- Nunca** digam – Isso é natural.
- Numa época em que reina a **confusão**,
- Sob** o familiar, descubram o insólito.
- Vocês, aprendam a ver, em lugar de olhar **bobamente**.

- Advérbio / Substantivo / Preposição / Advérbio.
- Interjeição / Substantivo / Adjetivo / Advérbio.
- Interjeição / Substantivo / Verbo / Adjetivo.
- Preposição / Interjeição / Advérbio / Adjetivo.
- Advérbio / Substantivo / Conjunção / Substantivo.

QUESTÃO 05

Nos versos do texto “A exceção e a Regra”:

“Em que corre o sangue,

Em que se ordena a desordem,

Em que o arbitrário tem força de lei,

Em que a humanidade se desumaniza...”

Caderno de Questões
PROCURADOR JURÍDICO

O emprego de repetições iniciais são características da figura de linguagem denominada:

- a) Metonímia.
- b) Sinestesia.
- c) Aliteração.
- d) Antítese.
- e) Anáfora.

RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÃO 06

No edital de concurso nº 01/2017 da Câmara Municipal de Bofete/SP, cujo objeto de concurso é o cargo de Procurador Jurídico, consta que na prova serão solicitadas 5 questões de Língua Portuguesa, 5 questões de Raciocínio Lógico, 25 questões de Conhecimentos Específicos e 5 questões de Conhecimentos Gerais, totalizando 40 questões. Assim sendo, o número de questões de Raciocínio Lógico corresponde a:

- a) 12,5%.
- b) 12%.
- c) 11,5%.
- d) 11%.
- e) 15%.

QUESTÃO 07

Há uma determinada regra na sequência de palavras abaixo elencadas:

Desfeita	Adorno	Indizível	Aridez	Insidioso	X
----------	--------	-----------	--------	-----------	---

Podemos afirmar que a palavra que representa o "X" na sequência é:

- a) Divergir.
- b) Ártico.
- c) Inepto.
- d) Pancadaria.
- e) Carapeta.

QUESTÃO 08

Luciana, Mariana e Paula possuem três gatos; um angorá, um persa e um siamês, não necessariamente nessa ordem. Um dos gatos é preto, o outro marrom e o outro branco. O gato de Luciana é o preto, o de Paula é o siamês e o de Mariana não é marrom e nem o angorá.

As cores dos gatos angorá, persa e siamês são:

- a) Preto/ marrom/ branco.
- b) Branco /preto/ marrom.
- c) Branco/ marrom/ preto.
- d) Marrom/ branco/ preto.
- e) Preto/ branco/ marrom.

QUESTÃO 09

De acordo com as premissas:

- Se Maria é farmacêutica, então José não é estagiário.
- Se José não é estagiário, então Paula é atendente.
- Ou Paula não é atendente, ou Lúcia é bióloga.
- Lúcia não é bióloga.

Pode-se concluir que:

- a) Maria é farmacêutica ou Paula é atendente.
- b) José é estagiário e Maria é farmacêutica.
- c) Paula não é atendente e José não é estagiário.
- d) Maria é farmacêutica ou Paula não é atendente.
- e) José não é estagiário e Maria é farmacêutica.

QUESTÃO 10

Três amigas foram a um *shopping*, em uma loja de roupas. Tão logo chegaram foram prontamente atendidas pelo vendedor. Uma delas é médica, a outra psicóloga e a outra professora. Ele sabe que uma se chama Adélia, a outra Betânia e a outra Gláucia. Ele sabe também que cada uma delas comprará uma peça diferente de vestuário: uma delas vai comprar uma calça, outra uma blusa e a outra uma saia. Para o vendedor que queria identificar o nome e o que cada uma compraria, elas informaram:

A médica: Não vou comprar blusa e nem saia.
A psicóloga: Meu nome não é Betânia e nem Gláucia.

A professora: Nem eu e nem Betânia compraremos blusa

O vendedor, com precisão, concluiu que:

- a) A professora é Gláucia e vai comprar uma blusa.
- b) A médica é Betânia e vai comprar uma calça.

Caderno de Questões
PROCURADOR JURÍDICO

- c) A professora é Adélia e vai comprar uma saia.
d) A psicóloga é Adélia e vai comprar uma saia.
e) A médica é Glaucia e vai comprar uma saia.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 11

De acordo com o instituto do controle da Administração Pública, assinale a alternativa *incorreta*:

- a) Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno a fim apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
b) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência obrigatória ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.
c) O *habeas corpus* é um meio de controle judicial dos atos da Administração Pública.
d) Quanto ao momento em que ocorre, o controle da Administração Pública pode ser classificado em prévio ou preventivo, concomitante e posterior ou subsequente.
e) Em nenhuma hipótese o Poder Legislativo poderá exercer o controle de mérito dos atos do Poder Executivo.

QUESTÃO 12

De acordo com a Lei nº 8.666/93, assinale a alternativa *incorreta*:

- a) Nos processos de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.
b) Via de regra, a licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
c) Sem qualquer exceção, é vedado incluir no objeto da licitação a obtenção de

recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem.

- d) O servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens.
e) A empreitada por preço global, por preço unitário e integral, são regimes de execução indireta de obras e serviços.

QUESTÃO 13

A Câmara Municipal de Bofete pretende realizar uma obra estimada em R\$ 13.000,00 (treze mil reais). Referida obra não se refere a parcela de uma mesma obra, não possui a mesma natureza e também não será executada em local que possa ser realizada conjunta e concomitantemente com outra. Neste caso, assinale a assertiva que melhor atende aos preceitos da Lei nº 8.666/93:

- a) Poderá ser dispensada a licitação pois o valor encontra-se dentro de limite previsto na alínea "a", do inciso I, do artigo 23 da Lei de Licitações.
b) Será obrigada a realizar a licitação na modalidade convite, pois o valor está além do limite estabelecido pela Lei de Licitações.
c) Deverá necessariamente realizar licitação na modalidade concorrência, uma vez que não se refere a parcela de uma mesma obra.
d) Poderá ser contratada empresa diretamente mediante processo de inexigibilidade de licitação.
e) Desde que cumpridos os requisitos da lei, poderá ser adotada a licitação na modalidade pregão, já que a obra não constitui serviço comum.

QUESTÃO 14

A respeito do sistema remuneratório dos agentes públicos previstos na Constituição Federal, analise as assertivas abaixo e assinale V para a verdadeira e F para a falsa:

- () Aos vereadores é vedado o pagamento sessões extraordinárias ou verbas de gabinete.
() Os Vereadores fazem jus ao abono de férias e décimo terceiro salário.

Caderno de Questões
PROCURADOR JURÍDICO

() O servidor público, investido e no exercício do mandato eletivo de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será mantido no cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

() O subsídio dos vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada sessão legislativa para a subsequente, de acordo com os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e observado os limites dispostos na Constituição Federal.

As afirmativas são, respectivamente, de cima para baixo:

- a) V- V- F- F.
- b) V- V- F- V.
- c) F- V- F- F.
- d) F- F- V- V.
- e) V- V- V- F.

QUESTÃO 15

Em simetria com o artigo 30 da Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município de Bofete dispõe que compete privativamente ao Município legislar sobre assuntos de interesse local, e ainda:

- a) Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas com deficiência.
- b) Criar, organizar e suprimir distritos, observada a competente legislação.
- c) Legislar sobre trânsito e transporte.
- d) Preservar as florestas, a fauna e a flora.
- e) Legislar sobre desapropriação.

QUESTÃO 16

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Bofete, considere as opções abaixo:

- 1 - O brasão, a bandeira, o hino e o povo constituem símbolos representativos do Município.
- 2 - São bens do Município todos as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que a qualquer título lhe pertençam.
- 3 - A sede do Município dá-lhe o nome e tem a categoria de cidade.
- 4 - A administração municipal é constituída

dos órgãos integrados na estrutura administrativa da Prefeitura e de entidades dotadas de personalidade jurídica própria.

Levando em consideração as assertivas acima, indique a alternativa correta:

- a) 1, 2 e 4 estão corretas.
- b) 1, 2 e 3 estão corretas.
- c) Somente 2 e 4 estão corretas.
- d) 2, 3 e 4 estão corretas.
- e) Todas estão corretas.

QUESTÃO 17

Dentre as opções abaixo, assinale a *incorreta*:

- a) As Câmaras Municipais possuem personalidade judiciária e jurídica, podendo, com efeito, atuar judicialmente na defesa de direitos institucionais próprios.
- b) Incumbe à Advocacia Pública defender e promover os interesses públicos dos Municípios, por meio da representação judicial, em todos os âmbitos federativos, das pessoas jurídicas de direito público que integram a administração direta e indireta.
- c) A intimação pessoal do Município para fins de contagem de prazo processual far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico.
- d) De comum acordo, o juiz e as partes podem fixar calendário para a prática dos atos processuais, conforme o caso.
- e) Em todos os atos e termos do processo é obrigatório o uso da língua portuguesa.

QUESTÃO 18

Constitui causa de suspeição, nos termos do Código de Processo Civil, quando:

- a) O juiz for parte no processo, seu cônjuge ou companheiro, ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o quarto grau, inclusive.
- b) O juiz promover ação contra a parte ou seu advogado.
- c) Qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o quarto grau, inclusive.
- d) O juiz for herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de qualquer das partes.
- e) O juiz for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados.

Caderno de Questões
PROCURADOR JURÍDICO

QUESTÃO 19

Caso a despesa com o com pessoal ativo e inativo de um determinado Município exceda o limite legal dentro do prazo legal, a Constituição Federal disciplina determinadas medidas a serem adotadas, dentre as quais podemos citar:

- a) Exoneração dos agentes políticos.
- b) Redução em pelo menos vinte e cinco por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança.
- c) Exoneração dos servidores públicos não estáveis.
- d) Dentro do próximo interstício legal, deverão ser reduzidas as despesas com o pessoal ativo e inativo, em até vinte e cinco por cento.
- e) Extinção dos cargos e funções de confiança, até que o limite da despesa retorne ao patamar mínimo legal.

QUESTÃO 20

A respeito do tempo dos atos e dos prazos processuais estabelecidos no Código de Processo Civil, é *incorreto* dizer que:

- a) Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, desde que requerido expressamente.
- b) Salvo disposição em sentido contrário, considera-se dia do começo do prazo a data de juntada aos autos do mandado cumprido, quando a citação ou a intimação se der por oficial de justiça.
- c) A prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo.
- d) A Advocacia Pública, a Defensoria Pública e o Ministério Público gozam de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cujo início se dá com a respectiva intimação pessoal.
- e) Além dos declarados em lei, são feriados, para efeito forense, os sábados, os domingos e os dias em que não haja expediente forense.

QUESTÃO 21

O novo Código de Processo Civil – Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – disciplinou

de forma expressa o instituto da desconsideração de personalidade jurídica. Nesse contexto, analise as assertivas abaixo e assinale V para a verdadeira e F para a falsa:

- () O incidente de desconsideração é cabível no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial, exceto nas fases do processo de conhecimento.
- () A instauração do incidente é dispensada caso a desconsideração da personalidade jurídica seja requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.
- () Os pressupostos da desconsideração da personalidade jurídica encontram-se previstos em legislação específica, em especial no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor.
- () Cabe agravo de instrumento da decisão interlocutória que decide o pedido de desconsideração da personalidade jurídica.

As afirmativas são, respectivamente, de cima para baixo:

- a) V- F- V- V.
- b) F- F- V- V.
- c) V- F- V- F.
- d) F- V- V- V.
- e) V- V- V- V.

QUESTÃO 22

O Código de Processo Civil que entrou em vigor em 2016, alterou de forma significativa diversos instrumentos e atos processuais até então praticados, com vistas na celeridade da prestação jurisdicional e na solução consensual dos conflitos.

Com efeito, o Livro V do Código é reservado às denominada Tutelas Provisórias, havendo diversas e específicas disciplinas a respeito do instituto.

Sobre esse assunto, relacione corretamente as colunas:

- 1 – Tutela de urgência.
- 2 – Tutela de urgência de natureza cautelar.
- 3 – Tutela de evidência.
- 4 – Tutela de urgência de natureza antecipada.

Caderno de Questões
PROCURADOR JURÍDICO

() Pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia, quando elementos evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

() Pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para assecuração do direito.

() Pode ser concedida liminarmente, quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

() Torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso.

A sequência correta é encontrada em:

- a) 3- 2- 1- 4.
- b) 1- 2- 3- 4.
- c) 1- 2- 4- 3.
- d) 4- 2- 3- 1.
- e) 2- 3- 1- 4.

QUESTÃO 23

No que tange ao controle de constitucionalidade, assinale a alternativa *incorreta*:

- a) A utilização equivocada de espécie normativa para disciplinar determinada matéria, como por exemplo o uso de lei ordinária ao invés de lei complementar nas hipóteses reservadas a esta, gera inconstitucionalidade formal objetiva.
- b) A propositura de emenda constitucional durante a intervenção federal gera vício de inconstitucionalidade formal orgânica.
- c) A partir da promulgação e publicação de determinada lei, o controle de constitucionalidade passa a ser repressivo.
- d) Possuem legitimidade “*ad causam*”, legitimados universais para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade, dentre outro, o Presidente da República, a Mesa do Congresso Nacional e a Procuradoria Geral de Justiça.

e) Nas ações diretas de inconstitucionalidade proposta em face de lei federal, a intervenção do Advogado Geral da União constitui ato vinculado, devendo o Supremo Tribunal Federal citá-lo previamente.

QUESTÃO 24

De acordo com a Súmula Vinculante nº 55 do Supremo Tribunal Federal - STF, o direito ao auxílio-alimentação não se estende aos servidores inativos.

Suponha que determinada decisão contrarie expressamente tal orientação.

Neste caso, a medida constitucional devida perante o STF seria:

- a) Mandado de segurança.
- b) Reclamação constitucional.
- c) Ação Popular.
- d) Ação direta de inconstitucionalidade.
- e) Recurso ordinário constitucional.

QUESTÃO 25

De acordo com Código Civil Brasileiro, são pessoas jurídicas de direito público, *exceto*:

- a) Os Estados, o Distrito Federal e os Territórios.
- b) As autarquias, inclusive as associações públicas.
- c) Os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público.
- d) Os Municípios.
- e) Os partidos políticos.

QUESTÃO 26

A respeito dos bens públicos, analise as assertivas abaixo e assinale V para a verdadeira e F para a falsa:

- () As ruas e praças são bens de uso comum do povo.
- () A sede da Prefeitura Municipal de Bofete é considerada um bem público de uso especial.
- () Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências legais específicas.
- () Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação.

Caderno de Questões
PROCURADOR JURÍDICO

As afirmativas são, respectivamente, de cima para baixo:

- a) V- F- V- V.
- b) V- F- F- V.
- c) V- V- V- V.
- d) F- V- V- V.
- e) F- F- V- F.

QUESTÃO 27

No que concerne à limitação constitucional ao poder de tributar, assinale a alternativa *correta*:

- a) Os empréstimos compulsórios para atendimento de despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência, se sujeitam ao princípio da anterioridade tributária.
- b) À União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é defeso a instituição de imposto sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros, regra esta extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- c) O imposto de importação se sujeita ao princípio da anterioridade anual e nonagesimal.
- d) É vedado aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, exceto em razão de sua procedência ou destino.
- e) Pelo princípio da anterioridade fica vedada a cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.

QUESTÃO 28

A respeito do tema dos atos administrativos, relacione corretamente as colunas, indicando a espécie do ato e a qual poder da Administração ele mais se adequa.

- 1 – Licença.
- 2 – Permissão e autorização de uso.
- 3 – Ordem de serviço.
- 4 – Decreto Federal nº 5.450/05 - regulamenta o pregão eletrônico no âmbito federal.
- 5 – Auto de infração sanitária.

() Poder discricionário.

- () Poder vinculado.
- () Poder de polícia.
- () Poder normativo.
- () Poder hierárquico.

A sequência correta é encontrada em:

- a) 2, 1, 5, 4, 3.
- b) 1, 2, 3, 4, 5.
- c) 3, 5, 1, 4, 2.
- d) 2, 3, 4, 5, 1.
- e) 1, 2, 3, 5, 4.

QUESTÃO 29

De acordo com as regras estabelecidas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Bofete, assinale a opção *incorreta*:

- a) A Mesa da Câmara será eleita para um mandato de dois anos, vedada a reeleição para os mesmos cargos, exceto quando se tratar de outra Legislatura.
- b) A eleição dos membros da Mesa, ou preenchimento de qualquer vaga, far-se-á através do voto aberto, por maioria simples e presente pelo menos a maioria absoluta dos membros da Câmara.
- c) Na hipótese de empate para eleição dos membros da Câmara, declarar-se-á o mais idoso.
- d) No processo de eleição, o Presidente em exercício tem direito a voto.
- e) Os membros da Mesa, em exercício, somente poderão fazer da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

QUESTÃO 30

O artigo 158 da Constituição Federal, disciplina a participação direta dos Municípios nas arrecadações da União e dos Estados. Segundo referido dispositivo, do produto arrecado com imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), relativamente aos veículos licenciados em seus territórios, pertencem aos Municípios:

- a) 100%.
- b) 75%.
- c) 50%.
- d) 25%.
- e) $\frac{3}{4}$ do produto arrecado do ICMS.

QUESTÃO 31

Caderno de Questões
PROCURADOR JURÍDICO

Quais das opções abaixo indica uma lei orçamentária, de iniciativa do Poder Executivo, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da Administração para um interstício de quatro anos:

- a) Lei orçamentária anual.
- b) Lei de diretrizes orçamentárias.
- c) Lei que institui o plano plurianual.
- d) Lei de responsabilidade fiscal.
- e) Lei quadrienal do orçamento público.

QUESTÃO 32

O Plenário é o órgão deliberativo e soberano da Câmara Municipal, constituindo-se do conjunto de Vereadores em exercício, em local, forma e quórum legais para deliberar. Quanto ao quórum para deliberação, o Regimento Interno da Câmara Municipal de Bofete estabelece diversas disciplinas, *exceto*:

- a) As deliberações do Plenário são tomadas por maioria simples, absoluta e qualificada.
- b) Sempre que não houver determinação expressa, as deliberações serão por maioria simples, presentes a maioria absoluta dos membros da Câmara.
- c) Maioria qualificada é a que atinge ou ultrapassa dois terços dos membros da Câmara.
- d) O plenário deliberará por maioria absoluta as matérias de ordem tributária.
- e) As emendas à Lei Orgânica deverão ser deliberadas por maioria absoluta do Plenário.

QUESTÃO 33

O Presidente é o representante legal da Câmara Municipal nas suas relações externas, competindo-lhe as funções administrativas e diretivas internas, além de outras expressas no Regimento Interno ou decorrente de suas funções e prerrogativas. Neste contexto, assinale a alternativa que *não* indica uma competência privativa do Presidente:

- a) Anunciar a ordem do dia das sessões e submeter à discussão e votação a matéria dela constante.
- b) Recusar o recebimento de substitutivos ou emendas que não sejam pertinentes à proposição inicial.
- c) Substituir o Prefeito ou sucedê-lo na falta deste e do Vice-Prefeito, completando, se

for o caso, o seu mandato, até que se realizem novas eleições nos termos da lei.

d) Proceder a chamada dos Vereadores ao abrir-se a sessão, confrontá-la com o livro de presença, anotando os que comparecerem e os faltaram, com causa justificada ou não, e outras ocorrências sobre o assunto, assim como assinar o livro de presença no final da sessão.

e) Nomear, exonerar, promover, remover, admitir, suspender, demitir e readmitir funcionários da Câmara, conceder-lhes férias, licenças, aposentaria e acréscimo de vencimentos determinados por lei e promover-lhes a responsabilidade administrativa, civil e criminal.

QUESTÃO 34

As Comissões Temporárias da Câmara são constituídas com finalidades específicas e se extinguem com o término da legislatura ou antes dela, quando atingidos os fins para os quais foram constituídas.

Em contraposto, qual alternativa abaixo indica uma comissão de natureza permanente:

- a) Comissão Especial.
- b) Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade.
- c) Comissão de Representação.
- d) Comissão Processante.
- e) Comissão Parlamentar de Inquérito.

QUESTÃO 35

A respeito das sessões legislativas da Câmara Municipal de Bofete, assinale a alternativa *incorreta*:

- a) Excepcionalmente, a Câmara poderá realizar Sessões Secretas por deliberação tomada, no mínimo, por dois terços dos membros da Casa, através de requerimento escrito, quando ocorrer motivo relevante de preservação do decoro parlamentar ou nos demais casos expressamente previstos no Regimento Interno da Câmara.
- b) A Sessão Solene de Posse e Instalação da Legislatura depende de convocação.
- c) As Sessões Legislativas Extraordinárias, no período de recesso, serão convocadas pelo Prefeito, mediante ofício dirigido ao Presidente da Câmara, quando este entender necessário.

- d) As Sessões Extraordinárias no período normal de funcionamento da Câmara podem ser convocadas pelo Presidente da Câmara em Sessão ou fora dela.
- e) As Sessões, ressalvadas as Solenes, somente poderão ser abertas com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara, constatada através de chamada nominal.

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 36

Relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Teori Zavascki morreu na tarde desta quinta-feira (19), aos 68 anos, após a queda de um avião em Paraty, no litoral sul do Rio de Janeiro. A morte de Teori foi confirmada pelo filho do magistrado Francisco Zavascki em uma rede social, às 18h05.

A tragédia gerou consternação no meio jurídico, político e empresarial. Tão logo a informação foi confirmada, autoridades, entidades e empresas passaram a repercutir a morte.

(<https://g1.globo.com/politica/noticia/relator-da-lava-jato-no-stf-teori-morre-aos-68-anos-apos-queda-de-aviao-em-paraty.ghtml>)

Com a morte do ministro Teori Zavascki, qual fora o outro ministro nomeado para assumir como relator da Operação Lava Jato no STF:

- a) Alexandre de Moares.
- b) Cármen Lúcia.
- c) Edson Fachin.
- d) Gilmar Mendes.
- e) Luiz Fux.

QUESTÃO 37

Os britânicos vão às urnas no próximo dia 23 de junho para votar em um plebiscito crucial para o seu futuro. Os eleitores votarão por permanecer na União Europeia ou abandonar o bloco comum. Nunca um país membro deixou a união política e econômica de 28 países - que desde seu início só tem se expandido. A saída britânica seria interpretada como um duro golpe ao projeto europeu, cujas origens remontam ao pós-2ª Guerra Mundial. Analistas dizem que esta será a decisão mais importante para os

britânicos desde 1975, quando dois terços do eleitorado optaram por ingressar na então Comunidade Econômica Europeia.

<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/>

Este processo de saída do Reino Unido da União Europeia, denomina-se de:

- a) Brics.
- b) Brexit.
- c) UEout.
- d) UKexit.
- e) Break.

QUESTÃO 38

A imagem abaixo percorreu a mídia mundial, e apareceu em vídeo publicado por ativistas. Ela é de um menino de 5 anos que ficou ferido durante bombardeios à cidade de Aleppo e rodou o mundo na data do dia 18/08/16, evidenciando o drama vivenciado pelos civis. Com o rosto coberto de sangue e pó, o garoto, identificado como Omran D., aparece sentado numa ambulância após ser resgatado de um prédio bombardeado no bairro de Al-Qatargui, no leste da cidade.



Imagem retirada do site: www.g1.globo.com

Este contexto reflete o conflito armado que vem se alastrando desde meados de 2011, dentro da chamada Primavera Árabe, e envolve o governo da Síria, rebeldes, o Estado Islâmico e outros países como a coalizão liderada pelos Estados Unidos, por exemplo. O principal ator deste cenário, que ainda permanece na presidência e na articulação das forças armadas da Síria, é:

Caderno de Questões
PROCURADOR JURÍDICO

- a) Yasser Arafat.
- b) Benjamin Netanyahu
- c) Nasser Al-Khelaifi.
- d) Bashar al-Assad.
- e) Mahmud Abbas.

QUESTÃO 39

O ano de 2017 foi marcado pela série de furacões que atingiu os Estados Unidos. Em meados do mês de setembro, um furacão atingiu as ilhas baixas do Caribe que incluem São Martinho, St. Maarten e Barbuda, além do Estado da Flórida, a ilha de Porto Rico, a República Dominicana e o Haiti, causando muita destruição por onde passou.

Segundo o Centro Nacional de Furacões dos Estados Unidos, foi o maior já registrado na história do Oceano Atlântico, elevado para categoria 5, a máxima da escala, com tempestade de ventos de 297 quilômetros por hora, ao se aproximar das Antilhas, no nordeste do Caribe, mantendo essa velocidade por mais de 24 horas.

O texto acima faz referência ao furacão denominado:

- a) Maria.
- b) Jose.
- c) Katrina.
- d) Harvey
- e) Irma.

QUESTÃO 40

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – o Produto Interno Bruto (PIB) voltou a apresentar bom desempenho no terceiro trimestre de 2017, de acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), resultado que confere maior solidez à trajetória de recuperação gradual iniciada pela economia no início desse ano.

No dia 6 de dezembro de 2017, o Comitê de Política Monetária – COMPOM – anunciou novo corte da taxa básica de juros da economia para 7%, constituindo-se na décima redução seguida da Selic. A queda de 0,5 ponto percentual, que já era esperada pelos economistas do mercado financeiro, representa nova redução no ritmo de corte dos juros – que havia sido de 0,75 ponto percentual no fim de outubro. O próprio BC já havia indicado que essa desaceleração

aconteceria.

(<https://g1.globo.com/economia/noticia/copom-baixa-juro-basico-para-7-ao-ano-no-10-corte-seguido-menor-desde-1986.ghtml>
<http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2017/12/06/atividade-economica-desempenho-do-pib-3/>)

A taxa de juros é utilizada pelo Banco Central como importante instrumento de controle da moeda, do crédito e do consumo propriamente dito. O ritmo de queda da taxa de juros se deve em grande parte pela recuperação e como estímulo da economia brasileira, mas pode-se considerar essencialmente que esta constante redução é decorrente:

- a) Dos reflexos diretos do cenário internacional, em especial pela recente notícia de aproximação da Coreia do Norte com a do Sul, em reunião ocorrida na região desmilitarizada que divide a península coreana, que tratou do envio de uma delegação norte-coreana aos Jogos Olímpicos de Inverno.
- b) Do ritmo de baixa da inflação vivenciada no ano de 2017, tendo em vista que a taxa de juros serve como fiel da balança para o controle da inflação pelo Governo.
- c) Da taxa de câmbio, considerada a crescente desvalorização do real em face da moeda estrangeira em 2017, notadamente do dólar, exigindo do Banco Central medidas contínuas de controle dos juros para equacionamento da balança comercial.
- d) Da volatilidade dos títulos públicos federais, que vêm demonstrando uma oscilação descontrolada desde o início do Governo Michel Temer.
- e) Do ritmo de queda dos índices da bolsa de valores brasileira, influenciados pela valorização da bolsa norte-americana que sofre forte influência do Governo Trump.

INSTRUÇÕES PARA A PROVA DISCURSIVA

1. Esta prova terá a duração máxima de 05 (cinco) horas, incluído o tempo necessário para a realização da prova objetiva e discursiva, bem como o preenchimento dos respectivos Gabaritos de Respostas e do caderno de texto definitivo, sendo permitida a saída do candidato da sala de prova somente após decorridos 30 minutos do seu início.
2. O candidato receberá um rascunho que poderá ser utilizado para elaboração da prova discursiva, devendo observar o tempo limite para que a resposta esteja devidamente transcrita no caderno de texto definitivo.
3. O caderno de texto definitivo da prova discursiva não poderá ser assinado, rubricado ou conter qualquer identificação do candidato em outro local que não o campo destinado para tal finalidade. Após certificar-se de que o caderno de texto definitivo corresponde à sua identificação, assine-o com caneta esferográfica de tinta preta ou azul no local em que há a indicação: “ASSINATURA DO (A) CANDIDATO (A) ”.
4. O caderno de texto definitivo não deve ser dobrado, amassado ou rasurado. É de inteira responsabilidade do candidato qualquer prejuízo advindo de transcrição incorreta realizada no caderno de texto definitivo
5. Em hipótese alguma haverá substituição do caderno de texto definitivo por erro do candidato.
6. O rascunho elaborado pelo candidato não será considerado para nenhum fim pela banca examinadora, o qual poderá ser levado consigo pelo candidato.
7. A prova de natureza discursiva deverá conter texto com a extensão máxima de 30 (trinta) linhas.
8. A prova de natureza discursiva deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul.
9. Para a confecção da prova discursiva, o candidato deverá demonstrar o raciocínio jurídico, a fundamentação, a capacidade de interpretação e a técnica profissional. A simples transcrição de dispositivos legais desprovida de raciocínio jurídico, não ensejará qualquer pontuação
10. Não será permitida a consulta de nenhuma espécie de legislação, livro, revista ou folheto, uso de calculadora, telefone celular ou outro equipamento de comunicação, bem como qualquer comunicação entre os candidatos.

Boa Prova!

PROVA DISCURSIVA

Em 30 de agosto de 2017, o Prefeito do Município de Bofete remeteu à Câmara Municipal o projeto de lei do orçamento anual do exercício de 2018. Protocolada e recebida, a proposta orçamentária foi distribuída sob a identificação – Projeto de Lei nº 01/2017, sendo encaminhada ao Presidente da Câmara, o qual, por meio de despacho específico, determinou a distribuição da cópia da propositura aos demais vereadores, enviando-a também à Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade para análise e parecer.

Dentro do prazo regimental, determinado Vereador apresentou uma emenda ao projeto de lei orçamentária, a fim de possibilitar ao Município a realização das despesas necessárias às obras e serviços de pavimentação em diversos logradouros públicos que vêm demandando manutenção.

Para tanto, a emenda indica como recurso o proveniente da anulação da despesa incidente sobre a dotação com pessoal e seus encargos, criando, com efeito, a dotação orçamentária própria para as despesas com investimentos em infraestrutura e pavimentação urbana.

Durante o processamento e estudos acerca do projeto em questão, no estrito exercício de suas atribuições e visando subsidiar o parecer conclusivo da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, o respectivo Presidente, na condição simultânea de relator, solicitou ao Procurador Jurídico da Câmara a emissão de parecer a fim de esclarecer os aspectos legais e constitucionais da propositura em análise.

Na condição de Procurador Jurídico da Câmara Municipal, elabore um parecer técnico, desenvolvendo o raciocínio jurídico em torno dos elementos acima identificados, apresentando ao final uma manifestação conclusiva sobre a situação exposta.